

à conquista da paz:  
do iluminismo à união europeia  
stella ghervas

Tradução de Fernanda Semedo

*Em memória do meu pai, Petru Ghervas (1944–2017),  
luz em tempos de trevas*



# ÍNDICE



Introdução: Europa e Paz	13
<b>1 O ESPÍRITO ILUMINADO DA PAZ</b>	41
Por trás do Tratado de Utreque	
<b>2 O ESPÍRITO DE VIENA</b>	93
Um Equilíbrio de Diplomacia	
<b>3 O ESPÍRITO DE GENEBRA</b>	156
A Busca da Paz Através de uma Sociedade das Nações	
<b>4 O ESPÍRITO EUROPEU DO PÓS-GUERRA</b>	226
O Salto para a Unificação	
<b>5 O ESPÍRITO DA EUROPA ALARGADA</b>	288
O Voo das Borboletas-Monarcas	
<b>CONCLUSÃO: <i>Quo Vadis</i>, Europa?</b>	351
<i>Abreviaturas</i>	377
<i>Notas</i>	379
<i>Agradecimentos</i>	435



A paz é como uma conquista;  
com nobreza as duas partes se submetem,  
e nenhuma delas perde.

— WILLIAM SHAKESPEARE, *HENRY IV PARTE 2*, ANTES DE 1600



**Fig. I.1** Giovanni Battista Tiepolo, *Alegoria dos Planetas e Continentes*, 1752. Metropolitan Museum of Art, Nova Iorque.

# INTRODUÇÃO

## EUROPA E PAZ



**E**m meados do século XVIII, o artista italiano Giovanni Battista Tiepolo pintou um esplêndido fresco, intitulado *Alegoria dos Planetas e Continentes*, no teto da residência palaciana do príncipe-bispo em Würzburg, Baviera. A obra, imponente sobre a escadaria monumental, era de cortar a respiração pela sua dimensão e grandiosidade, assim como pela riqueza dos seus pormenores. Uma das suas figuras mais fascinantes é Europa como *Europa Regina*, uma rainha ricamente vestida, deitada, representando a prosperidade da paz.<sup>1</sup> Embora não seja a personagem principal — Apolo, deus da paz, da inteligência e da beleza ocupa o centro da pintura —, está colocada mesmo acima do patamar das escadas, para que os visitantes olhem de frente para ela, ao chegar ao piso superior.

À primeira vista, este fresco representa a glória da Europa e o seu triunfo sobre os outros continentes. Existe, contudo, uma nota subtilmente subversiva: um touro domesticado, deitado ao lado da rainha. Que faz ali? Através da posição do touro, Tiepolo funde a representação majestosa de Europa-a-rainha com outra criatura mítica com o mesmo nome: uma jovem princesa fenícia a quem Zeus, disfarçado de touro, raptou e violou.<sup>2</sup> Apesar de ambas as figuras estarem simbolicamente ligadas à Europa, as suas representações eram, em geral, distintas: *O Rapto de Europa* era convencionalmente representado como uma jovem sentada sobre um touro num cenário bucólico, abençoadamente ignorante do crime que estava prestes a acontecer.<sup>3</sup> Na *Alegoria dos Planetas e Continentes*, Tiepolo altera este motivo convencional para politizar o seu significado: o touro é «bastante manso para ser uma vaca



honorária», enquanto Europa já não é a rapariga inocente e indefesa, mas uma mulher madura, uma mãe para o seu povo, rodeada por artistas, homens instruídos, soldados e uma série de outras personagens, como que para sublinhar que a mulher outrora escravizada se vingara do bruto. De facto, o touro de *Europa* é presumivelmente uma representação dissimulada dos poderosos imperadores habsburgos do Sacro Império Romano, que tinham sido recentemente derrotados e forçados a abandonar as suas ambições de domínio das terras germânicas, de Espanha, da Europa e, na verdade, do mundo.<sup>4</sup>

Contudo, um touro domesticado é antinatural e, logo, inquietante: poderia voltar a atacar? De facto, o Velho Continente nunca foi tão alegremente pacífico como Tiepolo o retratou, nem os seus governantes foram sempre tão benevolentes para com os povos conquistados, especialmente os não-europeus. A história do continente foi de conflitos destrutivos quase contínuos desde a Idade Média. Na época em que Tiepolo pintou o seu monumental fresco, a Guerra da Sucessão Austríaca (1740–1748) mal acabara, e outro importante conflito, a Guerra dos Sete Anos, estava prestes a eclodir. Evidentemente, o artista italiano não pintou o Velho Continente como este era, mas uma versão idealizada. A maior parte das grandes guerras que já tinham acontecido podia ser reduzida ao desejo dos governantes de aumentarem as suas terras, desde o imperador habsburgo Carlos V ao rei Bourbon Luís XIV; as outras podiam ser atribuídas a disputas legais entre Estados que tinham de ser resolvidas através de duelos rituais entre dois exércitos.

Com a sua inquietante colisão entre *Europa Regina* e *O Rapto de Europa*, o fresco de Tiepolo tornou-se um precursor de uma longa tradição de alegorias anti-imperiais ou antiguerra (incluindo *Guernica* de Pablo Picasso) que explorou conscientemente a relação atormentada entre uma mulher e um touro. O agressivo animal, em todas as suas formas e atitudes, começou a simbolizar a conturbada política do continente europeu, dividido entre o Espírito da Paz e o Espírito da Guerra, entre a lei e a força das armas, a liberdade e a tirania, a civilização e a barbárie.<sup>5</sup> Poucas obras de arte expressam esta tensão de forma tão viva como *Europa depois da Chuva*, de Max Ernst, pintada dois séculos depois do fresco de Tiepolo, durante a Segunda Guerra Mundial. Tendo emigrado para os Estados Unidos para escapar à perseguição nazi, Ernst representa o seu continente como uma surrealista terra inóspita após o Dilúvio, com edifícios em ruínas, vegetação apodrecida e corpos em decomposição, todos fundidos numa massa disforme. Ao fundo, Júpiter, o touro, ainda coberto de armadura, jaz enfraquecido, de olhos vazios. Europa, a princesa fenícia, fita tristemente a distância, como se contemplasse a queda

do seu atormentador. À sua direita, um guerreiro ominoso, com cabeça de falcão, observa-a de cima com desprezo. Será Hórus (símbolo dos faraós egípcios), representando o caos da loucura da guerra?<sup>6</sup> Que distância entre esta desolação apocalíptica e a glória do fresco de Tiepolo!



**Fig. 1.2** Max Ernst, *Europa depois da Chuva*, 1940–1942. Fotografia de Allen Phillips. Wadsworth Atheneum Museum of Art, Hartford, Connecticut.

Na verdade, a distância não era grande: bastaram 20 minutos para um ataque aéreo britânico obliterar o Palácio de Würzburg, assim como 80 por cento da cidade circundante, deixando cinco mil civis mortos entre os escombros. E, contudo, como que para simbolizar a resiliência dos ideais de paz, a escadaria e o fresco de Tiepolo sobreviveram incólumes à terrível noite de 16 de março de 1945, graças à excepcional robustez da sua estrutura arquitetônica. A partir dessa miraculosa sobrevivência, o resto do centro histórico de Würzburg foi penosamente reconstruído após a guerra. A invulgar personificação na arte da Europa, continente, como *Europa*, a figura mitológica, serve, claro, para transmitir os conceitos de beleza, fecundidade e o sutil poder de uma mãe. Recorda também intensamente, contudo, que a força interior dessa mulher cresceu em resposta à sua inerente vulnerabilidade à agressão e que o que lhe aconteceu podia perfeitamente voltar a acontecer. A tensão mítica de *Europa* com o touro transmite assim uma mensagem poderosa que enforma o tema central deste livro: a Europa apenas foi capaz de encontrar uma paz duradoura e a prosperidade depois de recusar vergar-se à arrogância dos impérios continentais que tentavam apreender territórios e riquezas pela força. Embora *À Conquista da Paz* seja um livro histórico, pode ser visto como um

diálogo teatral em cinco atos que retrata a resistência dos impérios europeus enquanto tentam manter-se livres de conflitos armados, e esta é, de facto, a mais elementar definição de paz. Esta alegoria de *Europa* tem a vantagem de enfatizar as duas principais ameaças políticas da Europa continente — impérios continentais e guerras de extermínio mútuo — que não impediram, infelizmente, várias das suas nações de exportarem essas duas mercadorias sob a forma de impérios coloniais ultramarinos.

Mas poderá alguma vez existir uma solução viável para estes dois males? De que serviria um Estado procurar uma política externa pacífica, apenas para ser conquistado e subjugado por um qualquer império agressivo? Será que as guerras napoleónicas, duas guerras mundiais e a Guerra Fria não provam, conclusivamente, que a confiança e a cooperação internacionais não passam de utopias?<sup>7</sup> Sabendo que os impérios funcionam constantemente com a política de «*might makes right*» [a lei do mais forte], apenas uma resposta parece possível: *si vis pacem, para bellum* — se queres paz, prepara-te para a guerra, como diz a máxima latina, atribuída ao autor romano da Antiguidade Tardia conhecido como Vegécio. A sua obra, *Compêndio da Arte Militar*, desfrutou de um extraordinário sucesso em finais da Idade Média, e as suas premissas continuam relevantes hoje em dia.<sup>8</sup>

Tudo isto parecia conduzir a uma conclusão óbvia, que mais tarde serviria de base à grande alteração na política externa norte-americana em 1945, após a morte de Franklin D. Roosevelt: em face de ameaças constantes, o pré-requisito fundamental para as liberdades e a paz dos cidadãos é manter para sempre um exército permanente, pronto para lutar. Em 1985, quando a Guerra Fria ainda não tinha acabado, Ronald Reagan referiu-se claramente a esta arreigada crença quando declarou perante o Congresso: «Sabem, apenas temos um complexo militar-industrial até um momento de perigo, e depois este torna-se um arsenal de democracia. Gastar em defesa é investir em coisas que não têm preço — paz e liberdade.»<sup>9</sup> É importante notar, contudo, que a política externa americana entre 1917 e abril de 1945 seguiu uma doutrina inteiramente diferente: apesar da evidente recusa do Senado em ratificar o Pacto da Sociedade das Nações após a Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos ainda tinham por objetivo instalar a paz no mundo, substituindo o confronto militar por tratados internacionais e uma «maquinaria de paz» que tornaria a guerra ilegal ou desnecessária.

Este livro traça a história — desde os inícios do século XVIII aos nossos dias — de uma questão profunda e perturbadora: como é possível evitar guerras futuras e, ao mesmo tempo, garantir as liberdades de todos os

Estados? Formular a questão nestes termos também implica aceitar que a guerra sempre fez parte da vida e que podemos ser forçados a aceitá-la de novo no futuro. Isto não significa, contudo, que essa seja uma condição desejável. Os Estados europeus elaboraram progressivamente uma doutrina que, não só rejeitou a assunção de que a guerra era inexorável, como veio a considerar a crença na sua inevitabilidade uma profecia autorrealizável. Esta doutrina afirmava que uma configuração internacional em que todas as grandes potências estivessem convencidas de que exércitos permanentes fortes eram a condição para a paz e a liberdade, nunca estariam num estado de verdadeira paz, mas sempre, na melhor das hipóteses, num estado de trégua armada — e manter-se-ia sempre presente o risco de reiniciarem o círculo vicioso de uma corrida às armas, que podia então degenerar noutra conflito, destruição e empobrecimento geral. Esta teoria arrojada, nascida na viragem do século XVIII, tinha como nome original *pax perpetua*, ou paz perpétua (sendo, de momento, esta etiqueta de «perpétua» uma questão de esperança, porque obviamente a paz nunca foi eterna).

A esperança de atingir a paz atingindo a solidariedade política na Europa continuou como um pequeno regato, fluindo sem obstáculos ao longo dos séculos, ou como uma mãe «vazia, mas inexaurível, dando à luz mundos infinitos».<sup>10</sup> Isto não significa que essa teoria tenha sido imediatamente ou de um modo geral apoiada; pelo contrário, os promotores da paz perpétua foram frequentemente escarnecidos, denegridos e derrotados. Os impérios coloniais modernos da Europa impuseram minuciosamente as suas doutrinas marciais no ultramar, muitas vezes com um «êxito» assustador. Temos, pois, de lidar com o paradoxo evidente de que o continente que produziu uma gentil conceção de paz e veio a rejeitar *qualquer* império na Europa, foi ao mesmo tempo o centro de impérios coloniais que conquistaram implacavelmente o mundo durante 500 anos. Contudo, esta história da paz cobrindo os últimos três séculos revela o longo processo em direção à compreensão de que a paz e a liberdade eram alcançáveis na Europa; de facto, foram alcançadas em grandes partes do continente, pelo menos por algum tempo. Além disso, os meios pelos quais muitos europeus resistiram à opressão imperial durante a primeira metade do século XX promoveram o entendimento generalizado de que atos de conquista e supressão contra não-europeus também se qualificavam como crimes contra a humanidade — momento em que o público retirou o seu apoio a guerras anti-independência e deixou os governos nacionais com poucas alternativas que não fossem cortar os últimos magros orçamentos atribuídos a empreendimentos coloniais.

Este livro examina cinco momentos, cada um com o seu próprio espírito, que ocorreram pouco depois de importantes sublevações geopolíticas da história europeia e foram marcados pela ameaça iminente de um império pan-europeu: o esforço de Luís XIV pela obtenção da hegemonia europeia (1701–1714); Napoleão e o Império Francês (1799–1815); os Impérios Germânicos na Primeira Guerra Mundial (1914–1918) e na Segunda Guerra Mundial (1939–1945); o domínio soviético sobre metade da Europa durante a Guerra Fria nas décadas anteriores a 1991. Esta periodização ilustra como o objetivo de paz nutriu a ideia política da Europa (e o seu corolário de unificação) na *longue durée*, muito antes de vir a existir um bloco europeu e mesmo antes da época dos estados-nações. Mostra também como a evolução da Europa — cultural, económica e institucionalmente — deu forma ao conceito de paz. Vista nesta perspetiva de longo alcance, a contemporânea União Europeia é apenas a mais recente — e talvez nem seja a última — de várias tentativas de atingir a «Ideia de Europa» como uma arena de paz política.

No decurso da sua demanda pela paz, a Europa teve de questionar o que sabia acerca de si própria e até — dados os efeitos do colonialismo — a sinceridade dos seus próprios motivos. Contudo, a Europa nunca foi apenas a Santa Aliança, a Sociedade das Nações ou a Comunidade Económica Europeia; nem é, hoje em dia, apenas a União Europeia. Estas instituições eram meros avatares de um ideal de paz abstrato; tal como a forma feminina da Europa mitológica, são formas políticas mundanas através das quais ela foi geralmente percebida, e por vezes adorada, por propaganda oficial e pela imprensa. Essas encarnações políticas sobreviveram na medida em que estavam em harmonia com ela e lhe eram fiéis; assim que perderam esta conexão, definharam e morreram. As várias tentativas por parte de líderes políticos e opiniões políticas de comungarem metaforicamente com o ideal da paz perpétua são aquilo a que chamo *espírito*, do francês *esprit*, como em *esprit de corps*. Uso esta palavra no seu sentido coletivo como em «Espírito do Iluminismo» para um grupo de indivíduos; é um fenómeno social que promove uma certa ideia ou ideal.

O leitor deve, contudo, refrear-se de pôr num pedestal os indivíduos que cultivaram esses espíritos. Embora essas pessoas tenham feito importantíssimas contribuições intelectuais e as suas ações tivessem tido muitas vezes grandeza, algumas também eram moralmente deficientes. O filósofo do Iluminismo Jean-Jacques Rousseau era socialmente insuportável e o seu seguidor Immanuel Kant era um autoproclamado misógino; o czar Alexandre I do século XIX tinha a alcunha de «fogo-fátuo» e acabou por abraçar uma

visão política reacionária; o presidente dos Estados Unidos Woodrow Wilson manchou o seu registo liberal ao promover a causa da segregação racial.<sup>11</sup> Vários partidários sinceros da tradição europeia de paz sob liberdade não acreditavam na igualdade racial, e muitos pensavam que o colonialismo promovia a causa da paz.

Se quisermos alcançar uma empatia por estas personagens históricas e entrar «dentro das suas cabeças» (assim como nas dos seus críticos), apesar dos seus inevitáveis erros, é necessário apreciar as suas naturezas complicadas e falíveis no contexto do seu tempo e local. Para compreender como as suas mentes funcionavam, será também necessário para nós — e especialmente proveitoso para os diplomatas — eliminar alguns mitos estabelecidos que originam antipatia, desdém ou ressentimento; nomeadamente, que a «Santa Aliança» de 1815 era uma conspiração reacionária contra os liberais, de acordo com uma versão, ou o sonho caprichoso de uma baronesa mística, de acordo com outra; e que o tratamento «cruel» da Alemanha e da Hungria nos Tratados de Versalhes e Trianon foi inteiramente intencional. Entre algumas outras narrativas comuns encontram-se as seguintes: a Sociedade das Nações foi um fracasso inqualificável na garantia de paz europeia e, ao contrário, as Nações Unidas foram um sucesso; o liberalismo americano inspirou o Mercado Comum Europeu e foi Ronald Reagan quem convenceu a URSS a retirar o Exército Vermelho da Europa de Leste com o famoso apelo «Sr. Gorbachev, derrube este muro». Todas as boas histórias têm de ter também os seus vilões: são as personagens imperialistas, de ambições pan-europeias que originaram alianças continentais para os derrotar. Então, cada «Espírito de Paz» tem o seu próprio vilão: Luís XIV, que ameaçou unificar os Impérios Espanhol e Francês numa formidável potência mundial; Napoleão Bonaparte, que conquistou a maior parte da Europa; os falcões do Kaiser, que defenderam a guerra total durante a Primeira Guerra Mundial; e, claro, os dois tiranos absolutos do século xx, Hitler e Estaline.

«O sucesso não é final, o fracasso não é fatal; o que conta é a coragem para continuar.» Esta máxima, atribuída a Churchill e que ele provavelmente nunca proferiu, é indicativa da persistente perseguição europeia da paz.<sup>12</sup> Não é o produto de sonhadores não-violentos que recuaram de uma boa luta, mas de indivíduos que experienciaram uma grande dose de luta durante as suas vidas. De facto, cada Espírito mostra como experiências naquilo a que chamo «engenharia da paz» foram conduzidas no final de grandes guerras continentais. A cada momento que um poderoso império como o Terceiro Reich ou a União Soviética se desmoronou e caiu, deixando os povos oprimidos com

uma sensação de alívio, liberdade e empoderamento, líderes políticos e os seus séquitos imaginaram um futuro feito de paz e tranquilidade. O termo «engenharia» implica que os sucessivos espíritos de paz construíram a partir de experiências prévias, para atingirem um objetivo partilhado: a paz perpétua. Quando uso a palavra «avanços», é, pois, em direção a esse fim. Como veremos, esta engenharia não se limitava a construir «maquinarias de paz», para usar uma expressão em voga durante o período entre guerras; em meados do século xx, os fundadores das Comunidades Europeias viam-se a si mesmos como cuidadores de um organismo vivo.

Como engenheiros, os promotores da paz perpétua tentaram — com diferentes graus de êxito — canalizar eventos caóticos da História de acordo com a sua vontade. Este tema comum da engenharia não nos ajuda necessariamente a fazer sentido das complicadas voltas e reviravoltas da história europeia, mas decerto lança luz sobre a direção geral que os cinco Espíritos da Paz seguiam. O romance de Lev Tolstói, *Guerra e Paz*, exprimiu a dialética entre o «grande mar de eventos» e a vontade humana de algumas figuras históricas:

O turbulento mar da história europeia assentara entre as suas margens. Parecia ter acalmado. (...) As figuras históricas que tinham conduzido exércitos e refletido o movimento das massas travando guerras, fazendo marchar homens para entrarem em batalha, refletiam agora esse mesmo movimento fervilhante em estratégias políticas e diplomáticos, estatutos e tratados.<sup>13</sup>

Podemos ter uma vantagem sobre Tolstói na medida em que temos um horizonte mais vasto de experiência. Além disso, a nossa noção de engenharia é menos fatalista, porque pressupõe que os seres humanos são mais do que meras cortiças batidas de um lado para o outro pelo mar; ainda podem definir o seu caminho para um destino, pelo menos até certo ponto. Esta demanda de paz perpétua tem sido, pois, «da natureza de uma conquista» (para usar a expressão de Shakespeare): tem sido uma luta, não entre duas partes, mas contra as probabilidades.

Para medir estes avanços práticos dos Estados europeus em direção a uma paz duradoura, uso uma escala *ad hoc* que resume os passos que têm de ser dados para atingir esse objetivo. Começando num *estado de guerra*, sobe através de sete degraus: *cessar-fogo* (armistício ou capitulação), paz e *tratados*



de paz que terminam formalmente a guerra, o estabelecimento de um *sistema* de paz, a fundação de *instituições* de paz, a *reconciliação* de diferenças históricas para evitar disputas recorrentes, a promoção da *solidariedade* entre Estados para criar uma dinâmica permanente de relações amigáveis e, finalmente, o (ideal e talvez inatingível) estado de *verdadeira paz duradoura*. Esta escala é uma descrição consolidada do método desenvolvido até agora na Europa para atingir a paz duradoura após a guerra. Não diz nada acerca de todo o pensamento e experimentação que foram necessários ao longo de três séculos para chegar a esta formulação direta.

De facto, como vemos, a unificação pacífica da Europa foi (e pode ser sempre) uma jornada e não um destino final. Recuando a 1713, 1815, 1919, 1945 e 1989, é evidente que a crença no «fim da História» — o início de um feliz novo mundo para sempre em paz — foi em cada momento uma ideia errada: a paz era um bem frágil e volátil, e emergiriam novas ameaças a certa altura. Contudo, o final de cada uma das grandes guerras continentais foi marcado por um momento privilegiado em que um novo espírito de paz se levantou na Europa — depois de todo o ódio e competição, estes eram momentos em que um tal espírito era mais necessário.

É importante notar que os Espíritos de Paz não se materializaram subitamente, completamente formados, prontos para moldar a inovação. Durante os últimos três séculos, os Estados mudaram as suas práticas de coexistência de acordo com as necessidades do momento, à medida que os conceitos que acompanhavam a paz evoluíam e se expandiam. Algumas palavras mudaram de significado em momentos diferentes ou até no mesmo período; alguns termos, em particular «equilíbrio de poder», não significavam exatamente o mesmo em diferentes línguas. É, por isso, importante começar a nossa jornada histórica da guerra à paz com uma mente limpa, sem assumir que quaisquer conceitos que consideremos familiares hoje em dia — organizações internacionais, soberania, direito, direitos humanos, constituições, incluindo a própria ideia de paz — foram sempre conhecidos ou mesmo que tiveram relevância em períodos do passado. Ainda que a engenharia da paz europeia se tenha tornado uma fundação para a linguagem global do «direito internacional», não devemos esquecer-nos de que foi originalmente apenas o dialeto partilhado por líderes políticos e diplomatas num continente relativamente pequeno; não se deduz daqui automaticamente que seja a única linguagem possível. Este livro é, pois, um relato dos esforços para fazer durar



a paz dentro dos limites da Europa, dentro da sua cultura política e no seu contexto histórico específico. Contudo, algo que se pode dizer sobre as práticas diplomáticas dos Estados europeus é que se tornaram gradualmente mais eficazes na prevenção de novas guerras continentais, apesar de ainda estarem longe de ser infalíveis.

Nesse continente, períodos de paz e de guerra alternaram-se longamente de acordo com uma sintaxe definida pelo *ius gentium* (direito das nações), um substancial conjunto de convenções e acordos que dominavam as relações entre os Estados — ou seja, até a expressão *direito internacional*, cunhada pelo autor inglês Jeremy Bentham na década de 1780, começar a ser vulgarizada na sequência do Congresso de Viena de 1814–1815. Existe, contudo, uma diferença entre os dois conceitos: o direito das nações era mais da natureza de um código moral ou de uma etiqueta de paz e guerra, essencialmente concebido como lei natural aplicada às nações.<sup>14</sup> Deste entendimento até à nossa atual conceção elaborada das relações entre Estados como reguladas pelo direito internacional (corporizadas em tratados multilaterais e decisões de tribunais), houve, claramente, uma grande evolução. Contudo, *diplomacia* — a arte de negociar com outros e persuadi-los a concordar com os nossos desejos — já era o instrumento de eleição daqueles que consideravam conveniente usar meios pacíficos para atingir os seus objetivos. Ou era o último recurso daqueles que não podiam dar-se ao luxo de um confronto militar.<sup>15</sup>

A sintaxe da paz e da guerra dependia de um vocabulário altamente codificado: para o compreender, é necessário recuperar a definição de uma palavra-chave como paz. No primitivo francês moderno, a língua comum dos diplomatas, o significado de «paz» era direto: «repouso, o estado de um povo que não está em guerra».<sup>16</sup> A paz estava associada à noção moral de tranquilidade, no sentido de «calma ou ausência de emoção», como na expressão «paz e tranquilidade» (neste sentido, segue o uso da palavra latina *pax*). Era esta a definição principal de paz da primeira edição do dicionário da Academia Francesa em 1694 até à quinta, produzida depois da Revolução Francesa.<sup>17</sup> Num sentido político, paz era literalmente uma não-entidade: um ponto de não movimento, um vazio ou, quando muito, um tema para uma alegoria. A sua definição secundária e mais prática era que paz «também descreve alguns tratados de paz particularmente famosos», citando a paz de Vestefália.<sup>18</sup> *Amicitia* (amizade) era uma noção distinta.

No início da nossa história, os tratados após uma guerra começavam, em geral, precisamente com esta linguagem de paz: *Pax sit Christiana, universalis, et perpetua veraque et sincera amicitia inter...* (Haverá uma paz cristã,

universal e perpétua, assim como amizade sincera entre...).<sup>19</sup> De facto, a expressão «paz perpétua» era uma abreviatura de *tratado* de paz perpétua. Porém, porque haveria um tratado de paz de ser *perpétuo* quando as guerras eram uma característica permanente deste continente? O jurista suíço do século XVIII Emer de Vattel deu uma resposta surpreendentemente simples:

Nesses tratados, as partes contratantes envolvem-se reciprocamente na preservação da *paz perpétua*: o que não deve ser entendido como se tivessem prometido nunca mais voltar a fazer guerra uma à outra por nenhuma razão. A paz em questão relaciona-se com a guerra que aquela termina: e é na realidade perpétua, na medida em que não lhes permite reviverem a mesma guerra voltando a pegar em armas pela mesma razão que originalmente lhe dera início.<sup>20</sup>

Por outras palavras, Vattel enfatizou que o tratado de paz em questão devia pôr fim à disputa específica de uma guerra específica, não evitar disputas futuras. Esta distinção subtil mas essencial por vezes desvanecia-se: por exemplo, os fundadores da Sociedade das Nações em 1919 acalentavam mesmo a ambição de tornar impossível uma futura guerra. Apesar de terem atingido alguns resultados notáveis em evitar ou resolver guerras de fronteiras entre os Estados europeus, essa parte do seu objetivo foi extremamente ambiciosa e — como todos sabemos — miseravelmente derrotada pela ascensão dos totalitarismos e a deserção, em rápida sucessão, de todas as grandes potências que tinham prometido apoiar a Sociedade. Franklin D. Roosevelt mantinha uma esperança similar de que as Nações Unidas marcassem o fim das guerras e da opressão política.<sup>21</sup>

O propósito básico da tradição política da «paz perpétua» — que incluía a criação de instituições reais — foi, pois, assegurar a paz entre os Estados europeus e no mundo em geral, não absolutamente e para sempre, mas pelo tempo razoável ou humanamente possível. Não era certamente erradicar todas as guerras no espaço de uma geração. Por uma questão de simplificação, consideremos «paz perpétua» como uma hipérbole para «paz duradoura».

Como nota à margem, o termo *paz*, que é também um eufemismo para *morte e vida após a morte* na maioria das línguas europeias, sempre foi propenso a trocadilhos, interpretações incorretas e corrupções cínicas. Em 1795, Immanuel Kant citou um letreiro de uma taberna que representava a paz perpétua como um cemitério (como que para implicar que a erradicação de toda

a humanidade resolveria decerto o problema de guerras futuras, mas que o género de «paz» radical que isso proporcionaria dificilmente se podia considerar um remédio).<sup>22</sup> No século XIX, tropas disparavam sobre manifestantes para «restaurar a paz» e, num contexto colonial, operações punitivas sangrentas contra povos não-europeus revoltosos eram geralmente chamadas de «pacificação».<sup>23</sup> «Apaziguamento», a tentativa de «fazer concessões a opositores zangados para manter a paz», entrou desfavoravelmente na História com o famoso acordo de Munique em 1938 com a Alemanha Nazi que comprometeu a integridade territorial da Checoslováquia.<sup>24</sup> Esta palavra contém potencialmente uma contradição nos termos: se os inimigos já tivessem decidido que a paz estava morta, apesar de não terem formalmente declarado guerra, então um compromisso diplomático com eles seria o equivalente a uma capitulação sem luta.

E como um tratado de paz só pode existir para terminar uma guerra e o seu conteúdo será inteiramente determinado pelo resultado da mesma, paz e guerra não podem ser dissociadas, como «dia» não pode ser definido sem compreender também «noite». É por isso essencial compreender as partes da gramática que governam a guerra. É notável que, apesar de toda a evolução impressionante na arte da guerra, os seus princípios básicos não tenham mudado muito nos últimos quatro séculos. O filósofo e advogado holandês Hugo Grotius, no princípio do século XVII, definiu guerra (*bellum*) como «a condição daqueles que contendem pela força».<sup>25</sup> Isto fazia sentido: no altamente fragmentado continente europeu, era provável que surgissem disputas entre Estados; quando a boa vontade, a diplomacia e a mediação falhavam, o único recurso que restava era resolver os problemas através das armas. De acordo com o dicionário francês de 1694, a guerra era definida como «uma disputa entre dois Estados, executada com força armada».<sup>26</sup>

É essencial notar que a guerra nunca foi considerada uma quebra de relação entre dois Estados, mas antes uma mudança na forma da sua interação: as duas partes, deixando de lado a argumentação intelectual, continuam o seu confronto trocando golpes até que a parte mais forte prevaleça. Como Vattel descreveu apropriadamente (usando a definição de Grotius), «Guerra é aquele estado em que defendemos a nossa razão pela força.»<sup>27</sup> É, na verdade, um duelo entre Estados, em que ambos os oponentes têm o direito de matar legitimamente os soldados do outro e destruir a propriedade do outro. Inspirada por uma tradição pré-cristã que parece ter paralelo nos duelos judiciais alemães entre indivíduos (também chamados julgamento por combate), a principal função da guerra na história europeia foi, então, servir como uma

espécie de procedimento de julgamento, embora de um género mais primitivo e direto do que num tribunal; o axioma fundamental era o da «lei do mais forte», em que a parte vitoriosa na batalha é considerada vencedora do caso.<sup>28</sup> Isto foi racionalizado por um antigo dogma religioso, segundo o qual os Céus favorecem as armas dos virtuosos. Esta crença foi mantida nas primeiras sociedades cristianizadas, reformulada durante a Reforma e mais desenvolvida durante a Revolução Industrial para justificar a superioridade do armamento europeu relativamente ao do resto do mundo. Embora tenha perdido valor na maior parte dos estados-nações europeus depois das derrotas militares da Segunda Guerra Mundial, permanece uma base ideológica do providencialismo político, tanto nos Estados Unidos como na Rússia.<sup>29</sup>

Uma declaração de guerra era o ato fundamental, formal e unilateral através do qual um Estado punha fim ao *estado de paz*, onde as leis do comportamento civil e do comércio vigoravam, para dar início a um *estado de guerra*. Obviamente, a menos que o Estado que recebesse essa declaração fizesse uma petição de paz, não podia rejeitá-la, sob pena de ser imediatamente derrotado. Como um Estado que declarasse guerra unilateralmente lançava o seu opositor no estado de guerra, isto dispensava o último da obrigação de declarar, por sua vez, guerra, pese embora muitas vezes o fizesse («quer por uma questão de dignidade, quer para a orientação dos seus súbditos»)<sup>30</sup>. Existe, contudo, uma reserva: pelo simples ato de declarar guerra, um Estado estava naturalmente a dar a mesma licença ao seu oponente. Como se pode ver, uma guerra séria no *Ancien Régime* era um assunto muito formal, estritamente reservado aos Estados (não para ser travada por pessoas privadas) e obedecendo a protocolos rígidos. Isto é, em teoria, porque a *warfare* (uma palavra especificamente inglesa que se refere à «prática da guerra») é barulhenta, caótica e imprevisível, com o corolário de ser cruel; «a guerra e a piedade não andam a par», diz um provérbio francês.<sup>31</sup> O vencedor de um conflito tinha o direito legal de guardar os despojos e a terra conquistada, se assim escolhesse, um facto que provavelmente remonta a um tempo em que os primitivos humanos caçavam em grupos e por vezes lutavam uns com os outros pela mesma presa.

O procedimento europeu para terminar uma guerra e voltar a um estado de paz era igualmente formal e elaborado: exigia plenipotenciários atravessando as linhas sob uma bandeira de tréguas, seguido por um cessar-fogo; depois um armistício ou capitulação era assinado pelos líderes militares de ambos os campos. Em seguida os diplomatas passavam à ação e, após negociações adequadas, assinavam o tratado de paz que, de uma vez por todas,

punha supostamente fim à disputa específica entre os dois Estados, enquanto definia a propriedade dos territórios e aspetos como as populações, prisioneiros, reparações de guerra e outros assuntos relacionados. A interrupção de uma guerra nunca foi uma declaração ociosa, antes se materializando como uma profunda e instantânea mudança de comportamento e atitudes: um súbito regresso à calma e à ordem, um ponto a partir do qual a vida humana se torna novamente sagrada e tirá-la volta a ser um crime. Quando a paz era finalmente assinada, o estado de guerra era oficialmente encerrado e as relações civis entre os anteriores beligerantes podiam ser retomadas como antes.

Embora a expressão «a História é escrita pelos vencedores» seja um lugar-comum, é muitas vezes negligenciado que a maneira principal de os vencedores o fazerem é através dos tratados que impõem aos Estados derrotados. A forma como o fazem depende, naturalmente, de um aspeto mais psicológico, a necessidade humana, profundamente enraizada, da autojustificação. A literatura histórica europeia mostra como as potências vitoriosas tendiam a racionalizar a sua própria vitória (e o mal infligido à outra parte), elaborando uma narrativa na qual a sua parte defendia uma causa nobre, enquanto os derrotados impediam o caminho do bem comum. Esse fator autojustificativo ajuda, sem dúvida, a explicar a mística militar em torno da fundação de impérios e nações europeias do passado. A questão aqui é que a prerrogativa dos vencedores de escrever a História é outra consequência prática do «*might makes right*»: o facto de o vencedor poder definir o veredito do duelo judicial esteve sempre embebido na própria definição e *modus operandi* da guerra.<sup>32</sup> A nova Europa pacífica foi definida, após cada tratado de paz, pela prerrogativa da parte vencedora de explicar como as suas reivindicações eram justificadas e como a parte derrotada estava errada. A tarefa dos advogados era fornecer a racionalização do novo estado de coisas que, daí em diante, seria sustentado por ambas as partes e serviria como base para os moralistas das gerações futuras. Nos casos, contudo, em que uma grande guerra terminava sem um vencedor e um derrotado claros (como a Guerra da Sucessão Espanhola em 1713), o tratado de paz legaria à posteridade uma interpretação mais equilibrada da disputa. Em resumo, os aliados vitoriosos nas várias grandes guerras encontraram a confirmação de que tinham estado «do lado certo» no facto de ganharem a guerra.

Dado que o destino das armas definia assim o «certo» e o «errado» legais de uma forma final e sem apelo, uma distinção *ex-post* entre guerra legalmente «justa» e «injusta» era discutível: o tratado de paz que concluía cada guerra era justo pelo próprio facto — desde que, claro, o tratado não fosse

revogado num futuro próximo. Em contraste, permanecia a questão sobre se começar uma guerra era moralmente correto. Por exemplo, o escritor irlandês Jonathan Swift enunciou, em 1711, cinco motivos justos para dar início a uma guerra: controlar o poder excessivo de um vizinho ambicioso, recuperar o que tinha sido injustamente tomado, vingar qualquer dano, ajudar um aliado numa luta justa e, por fim, defender-se quando invadido. Implicitamente, os principais motivos para uma guerra injustificável eram a conquista, tomar a propriedade de outro pela força e infligir dano.<sup>33</sup>

Comportamentos inaceitáveis após uma declaração de guerra incluíam matar prisioneiros, fazer mal a civis inocentes, empreender tortura, assassinar inimigos e infligir destruição desproporcional de propriedade — levou o seu tempo, contudo, até que a prática de saquear cidades após um cerco se tornasse completamente inaceitável e ainda mais até ser efetivamente punida.<sup>34</sup> Escusado será dizer que, apesar da teoria, todas as potências europeias desrespeitaram tranquilamente essas prescrições numa altura ou noutra. Deriva da própria natureza de um tratado de paz que um beligerante vitorioso pudesse muitas vezes cometer essas violações impunemente: em 1919, a Alemanha derrotada aceitou a responsabilidade total pelo início da guerra; juízes do regime estalinista em Nuremberga, em 1946, condenaram dignitários nazis por crimes contra a humanidade, enquanto nenhum tribunal internacional alguma vez responsabilizou os líderes soviéticos por crimes de guerra cometidos sob o domínio de Estaline. Numa tentativa de remediar esta falha lógica de juízes serem também partes interessadas, o advogado americano nascido na Prússia, Francis Lieber, escreveu o chamado Código de Lieber (*General Orders N° 100*), publicado em 1862 pelos Estados Unidos no contexto da Guerra Civil Americana, um dos primeiros códigos de lei marcial aprovados por um beligerante.<sup>35</sup> Provisões relacionadas com as consequências da guerra para os civis e a sua proteção em territórios ocupados apareciam apenas como apêndices às Convenções de Haia de 1899 e 1907. A Quarta Convenção de Genebra, relativa à Proteção de Pessoas Civis em Tempo de Guerra, data apenas de 1949.<sup>36</sup>

Se a guerra era tão destrutiva e as suas práticas tão lentas a mudar, isto levantava outra questão às grandes potências que este livro segue: valia a pena arriscar uma corrida às armas para preservar a paz em tempos de crise (no mais vasto interesse coletivo da Europa e da humanidade em geral), ou a paz podia, de alguma forma, ser preservada por outros meios, sem o perigo de começar uma nova guerra? Em cada uma das cinco grandes guerras desde 1700, quando uma coligação continental teve de se reunir contra a

ameaça de um império pan-europeu, a resposta dependia evidentemente das circunstâncias e alternativas disponíveis. O primeiro ato, a Guerra da Sucessão Espanhola, abriu com um sistema político que oferecia pouca alternativa à guerra. No segundo ato, as guerras napoleónicas, as grandes potências não tiveram outra escolha a não ser aliarem-se contra o expansionismo de um Império Francês que não as deixaria em paz. O terceiro ato, a Primeira Guerra Mundial, começou em 1914 da maneira mais imponderada, apesar de as grandes potências terem investido um esforço considerável na busca de alternativas judiciais às disputas internacionais.<sup>37</sup> O colapso da ordem entre guerras e o início da Segunda Guerra Mundial estiveram entre as horas mais negras do continente; assim que o Terceiro Reich contemplou uma invasão da Checoslováquia, em setembro de 1938, já era provavelmente tarde para algo que não fosse uma aliança militar pan-europeia para contrariar esta ameaça. Depois da catástrofe da Segunda Guerra Mundial, contudo, era preciso levantar a questão do que a França e a Inglaterra podiam ter feito para evitar a ascensão do Terceiro Reich ao ponto de este ameaçar as liberdades da Europa — ou, pior, se a sua cegueira teria involuntariamente facilitado a ascensão da tirania, e o que devia ser feito se uma tal ameaça voltasse a apresentar-se. O quinto ato, a Guerra Fria, foi largamente causado pela transformação de uma União Soviética inicialmente em busca da paz num império brutalmente agressivo, que acabaria por ocupar metade da Europa. De maneira similar, o historiador pode perguntar retrospectivamente o que é que os outros poderes (particularmente os vitoriosos Estados Unidos e a Grã-Bretanha) podiam ter feito em 1945 para evitar uma Guerra Fria de 50 anos com a União Soviética, que causou considerável sofrimento humano e económico.

O propósito de fazer essas perguntas não é, obviamente, atribuir culpas, num esforço fútil de mudar o passado. Pelo contrário, é um exercício para o futuro, no espírito da engenharia da paz. Será possível extrair das experiências passadas algumas práticas de bom senso que possam atingir os objetivos de uma comunidade internacional segura, ao mesmo tempo que reduzem a necessidade da guerra? A tradição intelectual da paz perpétua tem afirmado — contra os realistas — que deve ser procurada uma alternativa mais eficiente do que a força bruta. Os seus proponentes argumentaram que, em 1939 e 1945, o ponto de não retorno tinha sido ultrapassado: restava apenas um dilema enganador entre uma «paz» ilusória que era, na verdade, guerra suprimida, ou a guerra aberta e respetivas consequências imediatas. E, além disso, a tradição afirmava que uma tal solução podia efetivamente existir, desde que



fosse adotada com suficiente antecedência e a oportunidade não fosse perdida por erro, compromisso moral ou inação.

À *Conquista da Paz* procura explorar a hipótese de que a paz perpétua pode ser uma alternativa eficaz à força, e o corolário de que a busca da paz pode, em si mesma, ser um meio de evitar a guerra. É verdade que aqueles que procuraram uma alternativa se depararam muitas vezes com o desdém dos que chamam a si mesmos «homens práticos» (a versão passada dos «realistas»), que os acusavam de sonhar com utopias. Os apoiantes da paz argumentavam, por sua vez, que as certezas dos realistas deviam mais à postura do que ao facto. Kant escreveu, no seu ensaio sobre a paz perpétua, que «esses homens não têm ciência prática, apenas têm práticas.»<sup>38</sup> Bastará notar que os partidários da paz perpétua têm — além de todos os seus fracassos — alguns argumentos solidamente confirmados pela experiência, tal como uma construção europeia que já sobrevive há 70 anos; em contraste, três impérios continentais «realistas» provaram-se conclusivamente errados em 1815, 1918 e 1945 pelo próprio argumento que eles mais valorizavam: a força das armas. A noção de que *might makes right* — quer seja usada para o autoengrandecimento ou para o bem da humanidade — teria sido considerada bem-sucedida se, e só se, a sua «razão» conduzisse à sobrevivência por uma quantidade significativa de tempo. O facto é que, em muitos casos flagrantes na história europeia, o «realismo político» conduziu à derrota e à humilhação — tanto, de facto, que partilha uma fronteira ténue com o curto-prazo.

Muitos impérios colapsaram, não por terem sido derrotados, mas indiretamente, porque o esforço interminável de guerras repetidas os exauriu financeiramente: o czar foi deposto por uma revolução em 1917; a Áustria-Hungria explodiu nos últimos dias da Primeira Guerra Mundial; o Império Otomano do século XIX foi apropriadamente chamado de «homem doente da Europa» e derrubado por um golpe em 1922. Os Impérios Francês e Britânico colapsaram depois de 1945, quando as metrópoles entraram em bancarota, enquanto a União Soviética, incapaz de reequipar a sua indústria nos anos de 1980 e ultrapassada pela revolução informática, desmoronou no fim da Guerra Fria, quando se lhe esgotaram os recursos financeiros.<sup>39</sup> É por isso que o século XX pode ser visto como a idade das extinções em massa de impérios europeus, o culminar de um processo que começou muito mais cedo. Os impérios foram, sem dúvida, um género bem-sucedido na história europeia moderna, porém, demasiado bem ajustados ao seu tempo e lugar. Quando as condições começaram a mudar, estavam condenados.



Se este é um estudo do fim dos impérios «europeus» e da correspondente ascensão de novas formas de estabelecer uma paz duradoura, como devemos então delimitar este cenário histórico chamado «Europa»? É uma questão crucial porque, mesmo que algumas experiências europeias tenham indubitavelmente valor para o resto do mundo, não deriva daí que observações ou conclusões feitas nesse local possam ser traduzidas para estudos conduzidos em África, Ásia ou Américas.

É uma sorte que a Europa, apesar de ser um ambiente ricamente diverso, ainda possa ser definida por algumas invariantes. Em primeiro lugar, e muito antes de assumir um significado político, Europa foi um termo geográfico. Trata-se, claro, não de um continente em qualquer sentido relevante, mas de uma mera península do continente eurasiático, delimitada por água em três lados: o Atlântico a oeste, o Oceano Ártico a norte e o Mar Mediterrâneo a sul. Isso levanta naturalmente a questão de onde fica a fronteira oriental da região. Hoje em dia, o limite convencional são os Urais, embora isso tenha pouco valor, quer do ponto de vista geológico (essas velhas montanhas não desempenham nenhum papel nas placas tectónicas há muito tempo), quer de um ponto de vista cultural (os russos que viviam de ambos os lados desde o século xvi pertenciam ao mesmo Estado e falavam a mesma língua). A coisa mais próxima de uma definição operacional é, na verdade, atmosférica: desde o século xix, a Europa tem sido definida como a massa de terra do continente eurasiático colocada na «cintura de ventos do Oeste»; ou seja, onde os ventos ocidentais do Oceano Atlântico ainda fazem sentir a sua influência todo o ano, juntamente com a sua precipitação.<sup>40</sup> Além dessa cintura, existem as planícies e planaltos comparativamente mais secos da Ásia, arrefecidos por massas de ar siberianas. Se a Europa deve ser definida pela cor e padrões atlânticos do seu céu, colocar um limite oriental nos Urais faz algum sentido, e definitivamente mais nas montanhas do Cáucaso, que separam de forma clara a bacia húmida «europeia» do Mar Negro da significativamente mais seca bacia «asiática» do Mar Cáspio. Pode ver-se como o curso das nuvens de chuva influenciou as populações orientais em busca de novos pastos e porque é que os agricultores europeus criaram o hábito cultural de olhar para o Oeste, de onde viria a chuva.

Contudo, uma tal definição colocaria também a maior parte da «Ásia Menor» (hoje em dia conhecida como Anatólia ou Turquia Asiática) na Europa. Isto pode fazer sentido de um ponto de vista humano, porque as

populações que a habitavam têm feito parte integrante da História geral europeia. Contudo, isso teria requerido uma mudança significativa relativamente à definição original, visto os termos «Europa» e «Ásia» terem sido cunhados pelos gregos arcaicos que viviam de ambos os lados do Mar Egeu: os habitantes da margem ocidental eram «europeus», os da oriental, «asiáticos». Considerar a Europa como um continente — rodeado de água — era inicialmente uma perspectiva plausível, porque no Norte ficavam os estreitos que levavam a um vasto mar inexplorado que, na altura, se pensava ser infinito. Quando, contudo, os marinheiros e cartógrafos gregos perceberam que o Mar Negro era apenas um organismo interior, nasceu o *puzzle* geográfico da Europa: supor que a Grécia continental era «Europa», que a Anatólia era «Ásia», e considerando que era possível viajar por terra de uma para a outra sem interrupção, contornando o Mar Negro, suscitava uma questão: a norte desse mar, onde terminava a Europa e começava a Ásia? O historiador grego Heródoto propôs duas soluções improvisadas: uma a norte, que colocava a fronteira no Don, um rio que tem a sua origem na Rússia Central e corre para o Mar Azov, ou outra mais oriental, no Rio Fásis (o atual Rioni), atualmente na Geórgia, que separa o Cáucaso do Norte do seu congénere do Sul.<sup>41</sup> Heródoto tinha, claro, consciência de que não existia uma solução topologicamente correta para o *puzzle*, pelo menos uma que seguisse a definição adequada de um continente: abusando da imaginação, afirmou sem convicção que, como os rios eram feitos de água, tal como o mar, talvez um deles pudesse ser usado como linha de partição.

Durante os tempos romanos, a questão ficou por aí; em qualquer caso, a única fronteira política significativa — aquela entre as partes ocidental e oriental do império — seguia mais para oeste, através dos Balcãs Ocidentais.<sup>42</sup> O que importava era que o império tinha trazido a *Pax Romana* a uma porção significativa da Europa. Contudo, com o caos das invasões bárbaras da Antiguidade Tardia, o colapso do Império Romano do Ocidente e o advento da Idade Média, a questão dos limites orientais da Europa apresentou-se novamente. A miríade de pequenos reinos e repúblicas que sucederam a Roma, sobreviveram num mundo multicultural em constante mutação (predominantemente latino, germânico e eslavo) em que se envolviam frequentemente em guerras mesquinhas, a sua existência nunca assegurada e muitas vezes transiente. Por necessidade, a Europa desenvolveu, não apenas o seu tipo específico de guerra, mas também a sua própria tradição de diplomacia.

Em toda a Cristandade — de que a Europa era apenas uma região — a demanda da paz baseava-se em reviver o Império Romano. Povos desde a

Inglaterra a Constantinopla e até mesmo além do Grão-ducado de Moscúvia, partilhavam um anseio sentimental comum por uma época dourada de paz do passado: o tempo em que os benevolentes imperadores romanos impunham a paz sobre vastas áreas do continente, permitindo um livre e abundante fluxo de pessoas, bens e ideias.<sup>43</sup> Como um historiador corretamente escreveu, «A Antiguidade legara à Idade Média a ideia de uma entidade ecuménica civil, e a de uma paz permanente alcançável aqui na Terra, a segunda sendo equivalente à primeira».<sup>44</sup> Ainda existia uma esperança forte de que um imperador benevolente e poderoso como Constantino, o *Grande*, voltasse para instalar o reino de Cristo na Terra. Nesse dia, a *oikoumenê* (a comunidade humana) viveria em paz sob uma «monarquia universal».<sup>45</sup> Infelizmente, o Império Franco de Carlos Magno, que reacendeu brevemente essa esperança no Ocidente na viragem do século IX, ascendeu e caiu no espaço de algumas décadas. O que permaneceu foi uma pouco coesa e instável confederação germânica de Estados, onerada com a tarefa impossível de fazer o papel de um «Sacro Império Romano», mantendo o padrão de uma *Pax Romana* que não tinha forma de impor o Cristianismo.

Só depois de o Cristianismo ter perdido a sua última base na Anatólia, após a conquista otomana e a queda de Constantinopla em 1453, é que o termo geográfico «Europa» ganhou um novo significado político como uma coletividade de Estados que se definiam a si mesmos como diferentes do resto do mundo, particularmente (mas não só) do Império Otomano. É, contudo, nos escritos do escritor italiano Nicolau Maquiavel que Federico Chabod, o historiador fundador da ideia de Europa, viu a primeira formulação da Europa como «uma comunidade tendo as suas próprias características fora do reino da geografia, características que são “deste mundo terreno”, “seculares” e não religiosas».<sup>46</sup> Parte da definição positiva que Maquiavel fez da Europa fundava-se na multiplicidade dos seus Estados, que ele opunha à «indolência» (*ozio*) dos grandes impérios na Ásia. Por volta de 1520, escreveu que a oposição de cada Estado contra um dos outros era, aos seus olhos, uma explicação para os europeus serem tão vigorosos e adeptos da guerra.<sup>47</sup> Na verdade, a Alemanha e a Itália eram politicamente fragmentadas e estavam constantemente em guerra; esta situação caótica convidava as potências vizinhas, particularmente a França, a Espanha e a Áustria, a intervirem militarmente e a lutarem regularmente umas contra as outras. Ao mesmo tempo, as lutas constantes também impediram a formação de um império pancontinental na Europa. Maquiavel desprezava os impérios e os reinos grandes pela própria razão de trazerem a paz: enfraqueciam a fibra moral dos povos

submetidos. Havia novamente o triângulo Europa, império e paz, mas desta vez com o império e a paz rejeitados como bens úteis. Contudo, esta autoconceção da Europa como o «continente mais anti-imperialista» tornou-se um *motif* recorrente na história europeia da paz.

Isso não significa, contudo, que a noção político-religiosa de cristandade tivesse terminado: os papas romanos convocaram várias Ligas Santas entre 1495 e 1717 para a defenderem do Império Otomano, que reclamava o califado do Islão. No século XVI, a época das Grandes Descobertas, quando os progressos na construção de navios e na navegação tornaram possível percorrer grandes distâncias por mar, a inebriante utopia da monarquia universal ganhou de repente novo fôlego. Na sequência de um evento improvável, o imperador Carlos V de Habsburgo tinha acabado de herdar ou de tomar de outra forma o controlo de uma grande porção da Europa Ocidental, nomeadamente Espanha e Áustria. Por um breve momento, a realização da visão de uma sociedade católica unida no continente, finalmente em paz sob a lei de Cristo, parecia possível. Além disso, a Espanha estava no processo de estabelecer um império colossal nas Américas. Maquiavel viveu tempo suficiente para testemunhar a queda do outrora poderoso Ducado Italiano de Milão para a Armada Espanhola em 1525. Três anos depois da sua morte, em 1527, a sua cidade natal de Florença foi cercada e conquistada, com muitos dos seus anteriores líderes republicanos banidos ou executados. A ocupação habsburga da Itália do Norte pôs fim, juntamente com o Renascimento, às conceções primitivas da Europa que tinham florescido nessa região.

Foi, sem surpresa, em França, Inglaterra e República Holandesa, assim como nos estados nortenhos da Alemanha — terras que se opuseram com êxito à pretensão habsburga de unificar a Europa à força — que os autores da era primitiva moderna assumiram a tarefa de propor modelos alternativos à monarquia universal.<sup>48</sup> Essas figuras também tinham em comum, na maioria das vezes, a influência da religião Reformada na sua educação. Isto era facilmente explicável: nos países católicos, num contexto de censura, se não mesmo de perseguição direta dos dissidentes, havia um alcance limitado para criticar os príncipes. Os pensadores apenas podiam contribuir para a restauração do poder e prestígio do papado (a Contra-Reforma) ou para o apoio da pretensão habsburga de tomar a Europa. Em contraste, as enormes pressões sociais, políticas e militares colocadas aos protestantes galvanizaram as suas energias intelectuais. Para escapar à sua imagem de rebeldes heréticos, esforçaram-se por elaborar novos modelos de legitimidade e coexistência política, forjando assim um novo espaço político na Europa.

Talvez a mais frequentemente invocada — muitas vezes enganadamente — base política do sistema contemporâneo da Europa seja a Paz de Vestefália, o nome vulgarmente usado para os Tratados de Münster e Osnabrück assinados em 1648 para porem fim à Guerra dos Trinta Anos.<sup>49</sup> Esta resolveu 30 anos de guerra religiosa em terras germânicas, assim como uma guerra de independência de 80 anos para os holandeses, ambas terminadas com uma vitória contra os habsburgos austríacos e espanhóis. Além de confirmar a independência da República Holandesa e da Confederação Suíça, estes tratados confirmaram a *superioritas territorialis* de Estados dentro do Sacro Império Romano, um conceito abrangente cujo propósito era colocar sob um mesmo teto a multiplicidade preexistente de direitos e privilégios conectados com a administração e governo de um território. A noção de *superioritas* foi frequentemente confundida depois da Segunda Guerra Mundial com aquilo a que o direito internacional chama hoje em dia «soberania», ou seja, independência completa e autogoverno. Claramente, os Estados alemães de 1648, como membros juniores do Sacro Império Romano, não eram soberanos da forma como compreendemos o termo hoje em dia. Não eram aquilo a que as relações internacionais vieram a chamar «Estados vestefalianos», ou seja, entidades completamente constituídas e independentes que não reconhecem outra autoridade além da sua própria (uma lamentável e anacrónica designação errada em que os historiadores podem ficar atolados, não muito diferente do termo «Bizantino» para o Império Romano do Oriente na Idade Média). Além disso, é questionável que esta «soberania» tenha sido a panaceia política que se tem afirmado que foi: de todas as centenas de Estados em terras germânicas em 1648, apenas dois impérios permaneciam em finais do século XIX. De 1938 a 1945, a maioria fazia parte do Terceiro Reich, indiscutivelmente o mais poderoso e implacável império continental que a Eurásia conheceu desde a invasão mongol. Em 1950, tudo o que permanecia desta miríade de Estados «soberanos» era a Áustria, a Alemanha Ocidental e a Alemanha Oriental, as três destroçadas sob a ocupação aliada.

Se conseguirmos ultrapassar o véu espesso do mito que os cientistas políticos de meados do século XX (assim como os historiadores constitucionais de finais do século XIX) lançaram sobre a Paz de Vestefália, podemos, apesar de tudo, considerá-la um prelúdio significativo da nossa História: abriu completamente a porta para refletir na natureza profunda dos Estados europeus e na sua relação uns com os outros.<sup>50</sup> Os próprios tratados, escritos em latim — a língua diplomática da época —, eram um extenso catálogo

(mais de 100 artigos) de acordos territoriais e institucionais. Confirmavam também a saída da República Holandesa e da Confederação Suíça do império.<sup>51</sup> Os autores identificaram as diferenças entre as três confissões cristãs prevaletentes (Católica, Luterana e Calvinista) como a causa principal dos conflitos, e ambicionavam fornecer disposições para lhes pôr fim. Isto significou ganhos importantes para os Estados do Sacro Império Romano, como a confirmação da liberdade dos príncipes para exercerem a sua religião no seu próprio Estado, uma garantia da sua segurança pessoal e direito de voto igual na Dieta\* alemã. Os tratados também reportaram uma série de disputas territoriais para arbitragem. A principal inovação que deles emerge é uma igualdade de direito entre príncipes, independentemente da religião e da inserção deste princípio na jurisprudência do Sacro Império Romano.<sup>52</sup>

Por outro lado, os tratados de Vestefália não são o princípio da história da paz perpétua na Europa, porque era difícil encontrar, entre esse bem-sucedido catálogo de medidas práticas, qualquer conceção grandiosa de uma ordem política na Europa. A afirmação de que estes textos eram o «nascimento da conceção Vestefaliana de Estado» é uma reconstituição ideológica muito posterior ao facto.<sup>53</sup> Pelo contrário, as imagens dos representantes dos Estados germânicos pacificamente conferenciando dentro da Dieta do Sacro Império Romano (assim como os da Confederação Suíça e os das Províncias Holandesas Unidas) tornaram-se referências quase obrigatórias para planos posteriores de unir pacificamente os Estados europeus em pé de igualdade. Os dois atributos de um Estado — soberania territorial e fazer parte, ao mesmo tempo, de um organismo maior que garantisse direitos e deveres mútuos — eram, assim, vistos como complementares. De facto, a fundamentação das negociações de Vestefália era encontrar formas pragmáticas de melhorar a articulação de ambos, uma necessidade a que hoje em dia chamamos «subsidiariedade».

Certamente, ao evitar a contínua e arbitrária interferência dos Habsburgos nos assuntos dos Estados alemães do Sacro Império Romano, da República Holandesa e da Suíça, Vestefália removeu um severo impedimento à estabilidade política geral da Europa. Contudo, o facto de o rei de França impor a sua própria assinatura no fim do tratado — porque tinha interesses nessa região, tal como em Itália — enfatiza que a Paz de Vestefália não passou, na prática, de mais um acordo para os territórios alemães (num sentido lato), tornado possível pela fraqueza momentânea dos Habsburgos. O resultado foi uma

---

\* Correspondente, hoje em dia, ao Parlamento alemão, ou Bundestag. (N. de T.)

espécie de «Tratado do Funcionamento do Sacro Império Romano», com o propósito de regular a paz doméstica dentro dessa instituição. Embora a Paz de Vestefália fosse um notável feito diplomático, que deu forma a práticas posteriores *na* Europa, idealizá-la como uma novidade e como o ato fundador *da* Europa moderna parece uma perda de perspectiva, especialmente se considerarmos que os signatários eram inflexíveis acerca de restaurar uma instituição venerável já com oito séculos.

Depois deste golpe às ambições de Habsburgo, o Sacro Império Romano obteve a hipótese de uma segunda vida, mas o sonho de a Europa viver em paz sob uma monarquia universal e uma religião cristã única colapsara. Este fracasso foi um prelúdio do declínio brutal de Espanha e o fim das ambições da Áustria de dominar completamente o continente. A ordem europeia que permaneceu foi uma coleção de Estados, alguns muito grandes e outros muito pequenos, em que nenhuma casa voltaria a ser suficientemente poderosa para impor a sua hegemonia sobre todas as outras.<sup>54</sup> Ainda não é o princípio da nossa história, apenas o último golpe no obsoleto (e nessa altura bastante desprezado) ideal de que Europa, império e paz deviam um dia convergir num futuro brilhante.

Como Randall Lesaffer adequadamente explicou, «Vestefália não estabeleceu a fundação para o direito moderno das nações. Pôs, contudo, um fim à longa crise religiosa e política no seio dos grandes poderes e entre eles.»<sup>55</sup> Depois disto, nenhum poder devia legitimamente expandir os seus domínios pela força para abarcar toda a Europa. Qualquer tentativa nessa direção iria, daí em diante, ser considerada um ato de desafio contra o *status quo* acordado da Europa; seria censurado como tirania e desencadearia, logicamente, uma coligação continental para suprimir a ameaça. Vestefália foi, assim, um fim claro da velha ordem política da cristandade, uma decapitação. Desacreditando para sempre o sonho da *Pax Romana*, o dogma intangível da monarquia universal, Vestefália marcou a morte de uma dominante e unificadora estrutura mental e o fim de uma era.<sup>56</sup>

Não podemos, em suma, considerar Vestefália a fundação das concepções modernas da Europa, porque estabeleceu sobretudo prescrições negativas que impediam a interferência do Sacro Império Romano nos assuntos dos Estados germânicos. Não só os tratados dizem pouco ou nada de novo sobre a forma como os Estados germânicos devem coexistir ou cooperar uns com os outros, exceto referindo-se à mesma instituição tradicional; também permanecem inteiramente silenciosos sobre a forma como as grandes potências europeias deviam construir relações pacíficas entre elas. Afirmar que uma



paz cujo único propósito foi regular os assuntos internos da confederação alemã devia ser considerada uma fundação ideológica do «sistema internacional» seria um exagero, porque o venerável Sacro Império Romano não era o projeto do sistema político europeu que emergiria mais tarde.<sup>57</sup> O verdadeiro feito e legado duradouro de Vestefália reside noutro ponto: no seu intenso pragmatismo, que deliberadamente transcendeu as disputas político-religiosas que anteriormente despedaçavam os beligerantes, em favor de arranjos políticos que permitiam a ambos os lados conseguir o que queriam. Nesse aspeto, devemos mesmo considerar que Vestefália foi um precursor das práticas modernas de paz.

Então, e depois de Vestefália? As melhores mentes da Europa tinham uma ardósia limpa onde inscrever ideias sobre a ordem ideal do continente europeu. Em 1651, três anos depois de Vestefália (mas sem qualquer referência aparente à mesma), o filósofo inglês Thomas Hobbes publicou *Leviathan ou Matéria, Palavra e Poder de um Governo Eclesiástico e Civil*. Embora Hobbes tivesse uma visão muito negativa da tendência da humanidade para o roubo e a rapina, defendia que a elevação de uma autoridade superior podia canalizar a sociedade para a paz, de modo que a propriedade e as obrigações mutuamente consensuais pudessem ser respeitadas. Esse princípio de ordem era metaforicamente representado pelo Leviatã, o forte, gracioso, aterrorizador e invencível monstro marinho da Bíblia.<sup>58</sup> Um leitor poderia confundir isto com o conceito medieval da monarquia universal, salvo por uma diferença importante: a autoridade não devia ser imposta de cima para baixo, mas resultar de um contrato social, construído a partir das paixões conflituosas dos humanos, para impor a paz geral. Uma tal hegemonia nunca poderia ser a de uma tirania católica apoiada pelo papa, pois esta causaria mais «abuso da Escritura».<sup>59</sup> Mas, se o princípio de ordem na Europa não viesse de um imperador, muito menos do papa, de onde poderia vir este «Poder comum que os manteria a todos em temor?»<sup>60</sup> Sem dúvida, a Paz de Vestefália tornou este tema menos premente — de momento. Nenhum chefe de Estado — isto é, fora da dinastia de Habsburgo — estava ainda disposto ou capaz de contemplar um tal projeto de estender o seu poder sobre a Europa.

É por isso paradoxal que o único fragmento positivo de uma ideia na direção de uma nova ordem europeia fosse uma obra de «ficção política» que veio a ser conhecida na época de Vestefália mas se referia a alegados eventos que a tinham precedido: *OEconomies royales* (Economias Reais) por Maximilien de Béthune, duque de Sully. Publicado amplamente apenas após



a morte de Sully em 1641, propunha que o rei francês Henrique IV, em associação com a rainha Isabel I de Inglaterra, tinham considerado uma alternativa à monarquia universal sob a forma de uma «República Universal e Mui Cristã, composta por todos os Reis e Príncipes da Europa que Professam o Nome de Cristo», que derrotaria os Habsburgos e traria paz à Europa.<sup>61</sup> Teria tido duas fronteiras orientais — a Polónia a leste e a Hungria a sul — para se defender dos czares da Rússia e do Império Otomano, respetivamente. Isto estava alinhado com as conceções políticas da Europa na época, especialmente porque os Otomanos ainda ocupavam parte da Hungria e montaram cerco a Viena uma última vez em 1683, enquanto a monarquia francesa tivera uma relação duradoura com a Polónia, que estava regularmente em guerra com o seu crescente vizinho russo.<sup>62</sup>

Henrique IV, nascido protestante mas convertido ao catolicismo, já tinha restaurado a paz e a prosperidade em França ao pôr fim a um período de problemas religiosos e ao exercer um poder rigoroso. A importância fundamental da narrativa de Sully para uma aliança pan-europeia não foi, contudo, como fonte histórica do reinado do rei francês (visto a sua fiabilidade ser questionável), mas como fonte de inspiração para autores e pensadores da paz perpétua. Novas ideias acerca da ordem da Europa foram grandemente influenciadas pelas cogitações acerca do que teria acontecido se o Bom Rei, em vez de ser tragicamente assassinado em 1610, tivesse prosseguido o seu alegado destino grandioso até à sua conclusão. Isto influenciou visivelmente os trabalhos do Abade de Saint-Pierre e, um século depois da morte do monarca, o filósofo Voltaire escreveria: «Canto este herói que reinou sobre a França/ Por direito de conquista e direito de nascimento/Que através de árduas dificuldades aprendeu a governar/Foi capaz de acalmar as fações e perdoar... E foi o vitorioso e o pai dos seus súbditos».<sup>63</sup> Infelizmente, ainda vago e em grande parte sem forma, incapaz de produzir qualquer solução concreta ou caminho prático, o plano de Henrique IV teve vantagens, mas também desvantagens, ao aliar o estigma da «utopia» (uma fantasia) ao objetivo de uma pacífica República Europeia de Estados.

Esse debate inicial sobre a melhor ordem política para a Europa foi então enraizado no contexto da batalha colossal que conduziu os Estados protestantes do Norte — assim como a religiosamente ambivalente França — a escapar à dupla grilhetas da união católica no trono (os Estados habsburgos de Espanha e Áustria) e do altar (o papa). A construção intelectual moderna da Europa, como uma criação que olhava para a frente e não para trás, para

a luta contra os Habsburgos ou para o Império Romano, teria de esperar. A segunda parte do século XVII ainda não era uma madrugada, mas antes uma «aurora política» ou a «Europa no limbo». Foi afligida por muitos problemas, particularmente dinásticos, que ficaram sem solução.

Os tratados de Vestefália foram um triunfo diplomático que encerrou um dos mais violentos capítulos da história moderna europeia, e merecem em absoluto a qualificação de «Paz». Contudo, precisamente por buscarem a paz, as cláusulas desses documentos basearam-se em factos e refrearam-se sensatamente de confrontar a Medusa das justificações ideológicas. Com a liberdade política recentemente adquirida pelos Estados alemães para perseguirem a sua própria versão de um Estado secular (mas fundamentalmente cristão), muitas questões sobre a ordem europeia ficavam ainda sem resposta e podiam, de facto, causar novas guerras. Se o acordo comum era de que a paz já não devia ser aplicada pela hegemonia de um príncipe único, e de que a guerra e a paz eram uma questão de «comportamento justo», como podiam os Estados da Europa estabelecer a paz e a prosperidade no seu seio? E se uma potência se tornasse tão poderosa que ameaçasse ressuscitar o espectro da monarquia universal, como deveriam as outras agir? Com o fim do Cristianismo, iniciou-se a longa marcha para a pacificação europeia através de meios não violentos. Qualquer solução que emergisse, teria de lidar com dois flagelos: guerras mortíferas e novas tentativas de criar um império continental. A monarquia universal, de um ideal de valor, transformou-se no seu contrário. O ideal político da Europa nasceu de muita tentativa e erro, em busca de fórmulas viáveis de paz duradoura.

Esta história, contudo, está longe de concluída. Visto que o século XXI europeu pode trazer uma reavaliação de uma série de «ismos» do século XIX que a nossa instrução nos ensinou que seriam perenes (do nacionalismo e colonialismo ao marxismo, socialismo, comunismo e até ao próprio capitalismo), assim como um necessário questionamento das instituições da União Europeia, revisitar o seu passado pode ser mais útil do que nunca. Examinar a engenharia da paz lança uma nova luz sobre estas questões e fornece linhas orientadoras que podem ajudar a estabelecer políticas futuras ao nível europeu.

Discutir se a engenharia da paz é realista ou idealista é, provavelmente, infrutífero: essas etiquetas dependem da posição relativa do observador no momento em que coloca a pergunta. Em suma, a engenharia da paz tem por objetivo ser uma nova e pragmática abordagem de fazer o que resulta em direção à paz duradoura. Podemos ter esperança de que, se a reconciliação

entre fações sobre o futuro da Europa alguma vez for possível, esta pode ser encontrada numa máxima que enforma todo o argumento deste livro: *a paz é para os fortes e a guerra é para os fracos*. As alianças militares são concluídas para que os Estados demasiado fracos para resistirem sozinhos a um império possam sobreviver, enquanto as alianças de paz são promovidas por potências que já se encontram numa posição de força. Nesta afirmação paradoxal pode ser encontrada a conexão fundamental entre o valor da paz e a ideia de uma Europa forte.